

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

MARIA HELENA MENA DUTRA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA
EDUCAÇÃO DO CAMPO EM DOM PEDRITO**

**Dom Pedrito
2018**

MARIA HELENA MENA DUTRA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA
EDUCAÇÃO DO CAMPO EM DOM PEDRITO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Educação do Campo-Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Educação do Campo.

Orientador: Suzana Cavalheiro de Jesus

**Dom Pedrito
2018**

MARIA HELENA MENA DUTRA

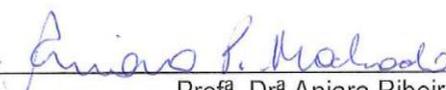
FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA
EDUCAÇÃO DO CAMPO

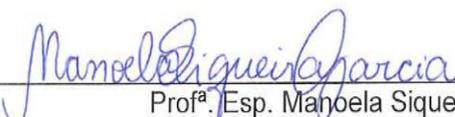
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Educação do
Campo-Licenciatura da Universidade
Federal do Pampa, como requisito parcial
para obtenção do grau de Licenciada em
Educação do Campo.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 07 de junho de 2018.

Banca examinadora:


Prof.^a. Dr.^a Suzana Cavaleiro de Jesus
Orientadora
UNIPAMPA


Prof.^a. Dr.^a Aniara Ribeiro Machado
UNIPAMPA


Prof.^a. Esp. Manoela Siqueira Garcia
Prefeitura Municipal de Dom Pedrito

**Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).**

D978 Dutra, Maria Helena Mena
Formação de professores para Educação Inclusiva na
Educação do Campo em Dom Pedrito / Maria Helena Dutra.
30 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)–
Universidade Federal do Pampa, EDUCAÇÃO NO CAMPO, 1998.
"Orientação: Suzana Cavalheiro de Jesus".

1. Aspectos legais e históricos sobre educação de
pessoas com necessidades educacionais especiais e formação
docente. 2.Histórico da Educação Inclusiva e Educação
Especial. 3.Educação do Campo e Formação Continuada. 4. O
lugar da formação docente em educação inclusiva na rede
municipal de ensino de Dom Pedrito. 5. O cotidiano que
ensina. I. Título.

Dedico este trabalho ao meu filho, minha mãe, minha vó, meu pai (vô), minha madrinha, tia Maria e meu namorado que me incentivaram a estudar e lutar pelos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

À amiga e professora Suzana Cavalheiro de Jesus por toda a dedicação em sala de aula e fora dela, por acreditar que sou capaz de realizar meus sonhos acadêmicos e mostrar que mesmo nas situações mais difíceis devemos manter a leveza de um sorriso para vencer os obstáculos. Teu jeito de compartilhar conhecimento através das aulas temáticas pelos corredores é encantador e pretendo seguir teus passos. Ao amigo e professor Algacir Rigon por me apresentar Vigotsky e seus estudos pela inclusão significativa do indivíduo.

Aos professores que me ensinaram a beleza da educação na sua forma verdadeira, aprendi com vocês a não duvidar da minha capacidade de fazer tudo o que eu julgar certo. Agradeço pela amizade, pelo amor dedicado a todos nós, por todo o compartilhar de conhecimentos literários, e por todo o carinho. Aprendi a lutar por mim e pelo próximo, creio que esse seja o aprendizado mais lindo que levo da universidade.

A todos os colegas de curso agradeço pelas experiências vividas, evoluímos na tolerância e respeito com as diferenças, estes aprendizados não seriam possíveis sem vocês. Faço um agradecimento especial para minha parceira de madrugadas, chuvas, dias quentes de verão, estresses e vinhos, Leila, uma amizade que iniciou na universidade e que desejo que siga por toda a vida. Agradeço da mesma forma por todo o carinho e amizade das colegas Cleonice, Adriana e Sandra, pessoas incríveis, educadoras do campo que tenho profundo respeito e que no que depender de mim iremos todas para o mestrado!

Agradeço a Deus por permitir que meu filho, minha mãe, minha vó e meu namorado estejam comigo nessa conquista tão importante para mim! Desejo que sirva de incentivo ao meu filho para que perceba a beleza da vida universitária, são tantas histórias vividas, tantos ensinamentos compartilhados que acredito ser impossível não acontecer uma evolução ou revolução dentro de nós. Obrigada por todo o incentivo meus amores, vocês são tudo para mim! Agradeço à minha querida amiga Gabriela que não mediu esforços para que eu realizasse a matrícula no curso e esteve ao meu lado por estes quatro anos auxiliando, compartilhando saberes e incentivando. Agradeço às minhas amigas que muitas vezes entenderam minha ausência e incentivaram a viver essa experiência acadêmica. A Helena de hoje não é a mesma Helena de quando realizei a matrícula, a (re)evolução aconteceu mas ainda sim finalizo a graduação usando a mesma frase de quando entrei: "A UNIVERSIDADE É UMA EXPERIÊNCIA INCRÍVEL!"

“Não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes”.

Paulo Freire

RESUMO

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir do Trabalho de Conclusão de Curso 1 No eixo “Inclusão, Acessibilidade e Tecnologia” no Contexto da Educação do Campo, do sétimo semestre, do Curso Educação do Campo-Licenciatura da UNIPAMPA – Campus Dom Pedrito. Com base na difusão da ideia de que os “professores não estão preparados para a inclusão”, tão propagada na fala cotidiana de diversos docentes, o objetivo será analisar a existência ou ausência de compromisso das políticas públicas de formação continuada, voltadas para a Educação inclusiva, nas escolas do campo. Este trabalho traz dados de uma entrevista realizada com a secretária de educação municipal, que faz parte do grupo de professores do campo na cidade de Dom Pedrito- RS, supervisora geral Luciane Brum, em um segundo momento Manoela Siqueira, educadora especial em uma escola do campo e responsável pelo CAP E Sandra Marques, educadora do campo. O intuito é verificar o que falta para que o conhecimento chegue até os docentes no que diz respeito as técnicas de ensino para alunos com necessidades especiais de aprendizagem e como acontece a adaptação dos professores caso não exista formação na área. Acredito que o diálogo entre docentes e gestão é imprescindível, além de cursos de formação para esclarecer questões, compartilhamento de metodologias de ensino e para a elaboração de projetos alicerçados nas políticas públicas de Educação Especial e Inclusiva.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva; Educação do Campo; Formação Continuada.

ABSTRACT

The present research was developed from the Work of Completion of Course 1 on the "Inclusion, Accessibility and Technology" axis in the Context of Field Education, of the seventh semester, of the Field-Licentiate Education Course of UNIPAMPA - Campus Dom Pedrito. Based on the diffusion of the idea that "teachers are not prepared for inclusion", so propagated in the daily speech of several teachers, the objective will be to analyze the existence or absence of commitment of the public policies of continuing education, oriented to Inclusive Education, in the rural schools. This work will result in a survey carried out in the municipal education secretariat in which the secretary is a teacher of the field in the city of Dom Pedrito - RS. The aim is to verify what is missing so that the knowledge reaches the teachers regarding the teaching techniques for students with special learning needs. I believe that the dialogue between teachers and management is essential, as well as training courses to clarify issues, sharing teaching methodologies and for the elaboration of projects based on public policies of Special and Inclusive Education.

Keywords: Inclusive Education; Field Education; Continuing Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

CAP – Centro de Apoio Pedagógico

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC- Ministério da Educação e Cultura

PPC-Projeto Político Pedagógico

Sumário

INTRODUÇÃO.....	12
1. METODOLOGIA.....	14
2. ASPECTOS LEGAIS E HISTÓRICOS SOBRE EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS E FORMAÇÃO DOCENTE	16
2.1 Histórico da Educação Inclusiva e Educação Especial	16
2.2 Educação do Campo e Formação Continuada	17
3. O LUGAR DA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE DOM PEDRITO	22
3.1. O cotidiano que ensina.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS	31

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, os estudos em relação a inclusão de indivíduos com necessidades especiais nas escolas vêm aumentando, despertando o interesse das comunidades que entendem ser de grande importância garantir estudo e desenvolvimento para todos, garantindo uma educação de acordo com as especificidades de cada sujeito.

As Políticas Públicas passam a manifestar-se neste contexto educacional para assegurar educação de qualidade aos sujeitos em questão. “A Constituição Federal [...]. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208)”. Entende-se com isso, que as escolas devem se preocupar em estar preparadas não somente na estrutura física para atender os alunos com necessidades especiais de aprendizado, mas com a mesma preocupação no preparo dos profissionais para desenvolver a troca de ensino e aprendizagem na escola.

Em seu site oficial, o Ministério da Educação afirma que,

Em 2003, é implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade

Com base neste programa e o entendimento de que a educação especializada é um direito de todos, será feita a pesquisa para averiguar qual a formação ou preparo dos professores das escolas do campo na cidade de Dom Pedrito-RS.

Minha pesquisa parte do problema de despreparo dos professores para o processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas do campo, deixando estes alunos à margem da educação, longe das escolas por não se sentirem capazes de aprender assim como os professores de ensinar. Desta forma a inclusão caminha a passos de formiga pela questão de nem todos perceberem sua parte nessa luta. Professores, pais, alunos, todos têm uma parcela de ações para que as

engrenagens funcionem de forma organizada e eficaz. O objetivo principal foi conhecer que ações, voltadas para a educação inclusiva, são desenvolvidas no âmbito da formação continuada de professores que atuam na educação do campo na rede pública de Dom Pedrito.

A pesquisa teve diferentes percursos, os quais estruturaram o seguinte desenho de trabalho final: esta introdução; a descrição da metodologia, um capítulo teórico sobre aspectos legais e históricos da educação de pessoas com necessidades educacionais especiais; e um capítulo sobre a relação entre oferta de formação continuada para educação inclusiva e a aprendizagem cotidiana do docente em sala de aula.

1. METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma pesquisa desenvolvida a partir de entrevista semiestruturada com a secretaria de educação municipal, optei pela elaboração de uma entrevista/questionário com o propósito de analisar as necessidades e peculiaridades dos docentes, na avaliação de um caso concreto buscando subsídios nas políticas públicas. O sujeito que fará parte desta pesquisa será o gestor da Secretaria Municipal de Educação do município de Dom Pedrito que faz parte do grupo de docentes das escolas do município.

A ideia foi analisar os conteúdos coletados para entender o que acontece em termos de formação para preparar os docentes para a realidade da inclusão: palestras, oficinas, cursos mensais, enfim. Que tipo de estudo é ofertado e de que forma o docente interage com os conhecimentos adquiridos? A partir do que lhe é proposto, consegue organizar o ensino aprendizagem ou as abordagens não são suficientes?

A partir da entrevista realizada com a Secretária de Educação Melize Quadros e conversa estabelecida com a mesma, em conjunto com a Supervisora Geral Luciane Brum, professora Suzana de Jesus e discente do curso de Educação do Campo Leila Padilha percebe-se que a comunicação entre gestão e professores possui diversas lacunas, pois o município oferece cursos mas a gestão das escolas acaba por não repassar as informações aos professores ou repassando de forma não atrativa, não existindo o estímulo de participação. Analisarei estes dados com maior afinco no capítulo final.

A partir dos dados coletados na secretaria, percebi que as estratégias de formação estavam ligadas ao trabalho docente e às iniciativas dos professores. Assim, direcionei atenção às narrativas de uma colega de curso que já teve estudantes incluídos em sua sala de aula. Esta havia participado de um projeto fotográfico que desenvolvi, o qual acabou sendo também fonte de pesquisa para este TCC, com vista a articular, na interpretação dos dados, imagem e texto.

Diferente do texto, a imagem permite interpretações relacionadas com experiências vividas de cada ser que a contempla, e a união entre imagem e texto estabelece uma comunicação completa e rica em conhecimentos e saberes. A arte atrai os olhos curiosos do indivíduo e utilizá-la em benefício da

educação é transformar um sistema antes bancário e monótono em interessante, envolvente e revolucionário de ideias. Segundo Novaes (2008), a imagem contribui por estar ligada a realidade e por outro ponto de vista é possível obter leituras totalmente diferentes e profundas dramatizando contextos diversos variando de cada receptor.

Percebe-se neste momento que no início da pesquisa estria se configurando estudo de caso, mas este limitou e travou o trabalho pela ausência de formação continuada voltada para inclusão, então essa configuração da metodologia teve o papel de trazer a possibilidade das narrativas da minha colega e professora do campo porque logo no início a metodologia aplicada já não deu as devidas condições para seguir o trabalho. Desta forma, surgindo a necessidade de transformá-la em uma pesquisa narrativa onde busquei entender como o professor sem formação consegue incluir os alunos. Fica explícito no discorrer do trabalho que o ponto de partida foi investigar a formação continuada centrada em cursos e palestras e no desenvolver da pesquisa foi adentrando na ideia da formação continuada da ação e reflexão docente.

2. ASPECTOS LEGAIS E HISTÓRICOS SOBRE EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS E FORMAÇÃO DOCENTE

2.1 Histórico da Educação Inclusiva e Educação Especial

Educação Inclusiva muitas vezes é confundida com Educação Especial, mas ela engloba muitas outras questões além das deficiências, segundo Ferreira (2005), ela diz respeito a todas as pessoas que por motivos sociais, econômicos, culturais são discriminadas pela sociedade e acabam por ficar sem condições de ter uma educação de qualidade. Diz respeito as barreiras que devem ser identificadas a fim de combatê-las como: maus tratos, prostituição, doenças terminais; assim como grupos sociais como MST, Quilombolas e tantos outros que por questões políticas vivem à margem da sociedade. Todos estes são beneficiados com a Educação Inclusiva que tem por objetivo a igualdade social.

A Educação Especial entende-se estar incluída na Educação Inclusiva, desta forma na LDB (Lei de Diretrizes e Bases), capítulo V; PÁG: 39 é assegurado o direito de todo o cidadão ser assistido conforme suas especificidades educacionais a fim de garantir a aprendizagem nas escolas regulares, então independente do aluno ter transtornos globais do desenvolvimento, superdotação ou altas habilidades é previsto em lei que o atendimento educacional e serviços especializados garantam um trabalho adequado para auxiliar o desenvolvimento e aprendizagem deste aluno. O sistema de ensino deve se adequar através de currículo, técnicas e recursos assim como os professores tem o dever ético de buscar formações, leituras, debates para desenvolver um trabalho apropriado.

Este capítulo específico para educação especial representa um avanço, trazendo o atendimento como um dever do Estado, dando ênfase à responsabilidade das escolas de elaborar currículos e métodos para as diversidades especiais. Contempla a terminalidade específica para esses alunos, estes que não conseguem cumprir no mesmo tempo regular, ou seja, no mesmo tempo da maioria dos alunos ditos “normais”, a escola tem por obrigação prover uma terminalidade e a preocupação de profissionalizar inserindo no mercado de trabalho.

2.2 Educação do Campo e Formação Continuada

Segundo COSTA (2016), a LDB, artigo 28, propõe adaptações curriculares e metodologias perante a diversidade das comunidades do campo, assim como calendário próprio com base nas fases agrícolas e variações climáticas

Conforme o PPC (Projeto Político Pedagógico) do Curso de Educação do Campo-Licenciatura da UNIPAMPA – campus Dom Pedrito, pág 19, a Educação do Campo é uma modalidade que vem crescendo à medida que percebe-se a importância de ampliar o conhecimento das famílias do campo em relação ao meio em que vivem assegurando uma base cultural sólida respeitando o conhecimento prévio e a partir dele incorporar o conhecimento científico, nesse compartilhar de saberes surge um novo educador para garantir o direito do sujeito do campo em se manter no campo se assim for sua vontade, a formação de sujeitos críticos e o reconhecimento do meio. Trata-se de uma luta a favor da igualdade social de comunidades de pequenos agricultores como quilombolas, ribeirinhas, MSTs, etc.

Entende-se por formação continuada todo e qualquer curso de extensão que a secretaria de educação ofereça aos professores assim como cursos, oficinas, tertúlias oferecidas pelas APAEs e outras entidades ligadas a educação especial. Uma das questões é se o convite à participação chega até os professores e se os mesmos demonstram interesse nessas ações. A formação continuada é de grande valia para cidades como a pesquisada, cujo curso específico de Educação Especial não é fornecido na região tendo o professor, interessado que se deslocar cerca de 400 km aproximadamente se houver interesse em cursar a licenciatura.

Caiado diz:

A formação docente agrega particularidades sobre a atuação e profissionalização do professor. Sobre a atividade docente com o público da Educação Especial na Educação Básica e Superior, algumas questões nos inquietam: se a proposta de Educação Inclusiva, a qual envolve a Educação Especial, é para todos, por que a formação se dá apenas para os professores de Sala de Recursos Multifuncional (SRM), já que os alunos frequentam mais a sala de aula comum? O interesse não deveria ser de toda a escola? Os professores de sala de aula comum não são professores de alunos público-alvo da Educação Especial? (2017, p.73)

Essas inquietações norteiam a pesquisa de forma a identificar o entendimento dos professores das salas regulares a respeito da sua formação, buscando saber se concordam que a formação especial deve ser apenas para profissionais dos AEEs pois essa é a realidade na educação.

Da mesma forma, a referente pesquisa visa analisar o que defende a secretaria de educação a respeito da formação continuada para professores de salas regulares, observando se a educação especial está agregada no processo formativo.

Com a realidade atual entende-se que Padilha está certa quando afirma que o sofrimento do professor diante das dificuldades dos alunos diz respeito a visão que a sociedade tem sobre a obrigação do docente ensinar mesmo que não estando preparado para as especificidades de cada aluno.

As dificuldades dos docentes em sala de aula são variadas pois não possuem o preparo necessário para trabalhar com alunos com necessidades especiais de aprendizagem dependendo exclusivamente dos AEEs (Atendimento Educacional Especializado). Como agravante, a cidade onde acontece a pesquisa (Dom Pedrito-RS) possui aproximadamente 20 escolas incluindo rede municipal/estadual, e apenas seis (6) disponibilizam uma sala para atendimento especializado. As outras escolas receberam o material necessário para equipar as salas mas devido ao fato de não ser prioridade dessas escolas, os materiais estão guardados.

Diagnóstico traçado por Castro (2002) numa pesquisa realizada na rede municipal de educação de Santa Maria/RS, que analisou representações e sentimentos de professores da rede regular de ensino diante da inclusão de alunos com necessidades especiais em "suas" salas de aula. Castro mostrou que os professores, de modo geral, não se sentem capacitados para receber um aluno com deficiência, apesar de acreditarem nos méritos da inclusão. É o que se pode depreender das seguintes falas, proferidas por diferentes professores: Eles [alunos especiais incluídos] exigem uma atenção que não temos condição de dar.[...] Não temos condição de oferecer o que eles realmente necessitam, pois não somos educadoras especiais, apesar de termos boa vontade.[...] Não temos preparo suficiente para fazer um trabalho com muitos resultados positivos.[...] Há muito despreparo nas classes regulares e nos cursos de formação do magistério.[...] Eu acho ruim [a inclusão], pois os professores precisam de conhecimento para trabalhar com esses alunos.[...] Desde que não atrase muito o ritmo do grupo em geral pode acontecer.[...] É um direito assegurado a todos. E é possível a inclusão se o sistema educacional estiver preparado a aceitar e tiver conhecimento específico para lidar com as diferenças (PLETSCH, 2009).

Logo, entende-se que é importante o professor lembrar que o processo de aprendizagem é individual e que a diversidade em sala de aula é interessante nessa construção de conhecimento que acontece entre aluno e professor. Todos são capazes de aprender, cada um no seu tempo, mas para isso é necessário que o docente participe de cursos de formação para se preparar no que diz respeito à adaptação de aulas para os alunos incluídos que receber assim como é importante priorizar as salas de AEE para utilização do material de apoio. Acredito que desta forma aconteça uma pressão na gestão municipal para abertura de concurso público para garantir profissionais qualificados na área.

A Declaração de Salamanca fala com a mesma ênfase na importância da formação de professores para a inclusão:

C. RECRUTAMENTO E TREINAMENTO DE EDUCADORES • 38. Preparação apropriada de todos os educadores constitui-se um fator chave na promoção de progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas. As seguintes ações poderiam ser tomadas. Além disso, a importância do recrutamento de professores que possam servir como modelo para crianças portadoras de deficiências torna-se cada vez mais reconhecida. • 39. Treinamento pré-profissional deveria fornecer a todos os estudantes de pedagogia de ensino primário ou secundário, orientação positiva frente à deficiência, desta forma desenvolvendo um entendimento daquilo que pode ser alcançado nas escolas através dos serviços de apoio disponíveis na localidade. O conhecimento e habilidades requeridas dizem respeito principalmente à boa prática de ensino e incluem a avaliação de necessidades especiais, adaptação do conteúdo curricular, utilização de tecnologia de assistência, individualização de procedimentos de ensino no sentido de abarcar uma variedade maior de habilidades, etc. Nas escolas práticas de treinamento de professores, atenção especial deveria ser dada à preparação de todos os professores para que exercitem sua autonomia e apliquem suas habilidades na adaptação do currículo e da instrução no sentido de atender as necessidades especiais dos alunos, bem como no sentido de colaborar com os especialistas e cooperar com os pais.

Inspirada em uma aula ministrada pela minha orientadora Suzana Cavalheiro de Jesus onde ofertou um material que aborda de forma breve a história da inclusão, surgiu a necessidade de investigar historicamente a Educação Inclusiva. Segundo Miranda (2003), na antiguidade começam a surgir divisões políticas e econômicas gerando a desigualdade, algumas comunidades sacrificavam ou abandonavam às margens de rios as pessoas com deficiência enquanto outras acreditava que essas pessoas eram uma ação divina. Na Grécia, as crianças eram abandonadas em depósitos chamados

‘Apothetai’. Já na Idade Média, com o surgimento do Cristianismo, cultuava-se o sentimento de pena, ou ainda, essas pessoas eram vistas como forma de divertimento para a nobreza. Na Idade Moderna, a deficiência passa a ser objeto de estudo para a ciência.

Na sociedade capitalista contemporânea, as pessoas com deficiência são vistas como alguém incapaz de produzir ou competir no mercado. A atuação de movimentos sociais e a produção de Políticas de Educação Inclusiva surgem para mudar essa visão rotulada de incapacidade social

Conforme Silva, as pessoas com deficiência são excluídas e marginalizadas desde o início dos tempos sendo rotuladas como incapazes de decidir pelo próprio destino, não merecendo respeito e dignidade. Com as ações dos movimentos sociais a inclusão passa a ser discutida com mais visibilidade produzindo políticas públicas que começam a assegurar direitos para os sujeitos com deficiência igualando em mercado de trabalho, educação, posição familiar, etc.

A humanidade se constitui sobre o pilar da padronização, de padrões que são estabelecidos e tidos como “normalidade”. O diferente, o incapaz de prover os próprios recursos, sempre causou estranheza, sendo deixado na maioria das vezes à margem da sociedade. Segundo Bianchetti (1998) desde a Idade Primitiva as pessoas que apresentavam limitações orgânicas-biológicas, não apresentavam instrumentos para produzir sua própria existência, dessa forma, eram abandonados à própria sorte.

Entende-se que as necessidades especiais existem pelo fato da sociedade ditar o que é normal, ou seja, definir o conceito de “capaz”, dessa maneira, as pessoas que não aprenderem a ler no dito “tempo certo”, por exemplo, são consideradas deficientes ou anormais. Mas afinal o que é ser normal?

Essa discussão vem de muito tempo. Conforme Miranda (2003), no Brasil pode-se falar de uma iniciativa importante na época do império que foi a criação de um instituto para cegos e outro para surdos, desde então a trajetória da legislação tem sido lenta, e estas crianças que tem deficiências diversas são os excluídos. O documento de Salamanca que reuniu na Espanha representantes de 88 países para discutir a educação especial do ponto de vista da inclusão mantendo a responsabilidade de incluir essas crianças com deficiência na sociedade.

Para os efeitos da Convenção da Guatemala, entende-se por:

1. Deficiência O termo "deficiência" significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social. 2. Discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência a) o termo "discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência" significa toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais. (CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA - Aprovado pelo Conselho Permanente na sessão realizada em 26 de maio de 1999)

Conforme o Portal do MEC, A Educação Especial tem por objetivo garantir o fortalecimento do direito humano, do potencial e autoestima de pessoas com deficiência. A partir destas considerações entende-se que a institucionalização da educação especial no Brasil deve ser analisada e articulada de forma política e econômica de maneira a firmar o compromisso de respeito a todo o cidadão.

Em 2003, é implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com o intuito de garantir a oferta educacional inclusiva nos sistemas educacionais com o acesso à todos os que precisam de educadores e gestores formados de maneira especializada nos municípios brasileiros.

É importante observar que a lei ainda não se faz valer nos dias atuais pois a maioria dos professores que realizam atividades com pessoas incluídas vivem a angústia de conviver com as dificuldades dos alunos que necessitam de um ensino aprendizagem diferenciado, isso acontece pelo fato do professor ser visto como alguém com o dever de ensinar de todo o jeito e de qualquer forma, independente de estar preparado para determinada situação. Sabemos que esta situação não é pontual da Educação do Campo, e sim de toda a rede de ensino.

3. O LUGAR DA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE DOM PEDRITO

Em nosso diálogo a secretária de educação compartilha conosco as informações que ela recebe de que professores da rede estadual quando recebem um aluno com necessidades especiais de aprendizagem aconselham os responsáveis a matricular na rede municipal alegando os professores terem mais preparo para trabalhar com aquela criança. Sabe-se que na rede municipal tem uma escola em especial que chama a atenção da comunidade pedritense pela dedicação no trabalho com crianças com necessidades especiais de aprendizagem e nesse momento eu me pergunto porque os demais professores não buscam ter o mesmo cuidado e zelo nas demais escolas? O fato é que nenhum professor nasce preparado para dialogar com as diferenças, o que acontece é que a minoria busca trilhar pelo caminho do estudo e da pesquisa para aumentar seus conhecimentos em áreas diversas e a maioria opta por ficar nesse jogo de empurra baseado em lamentações que não levam a nada.

As formações ofertadas pela secretaria são baseadas nos pedidos que acontecem em reuniões com os professores na tentativa de sanar dúvidas e auxiliar no dia a dia escolar. Percebe-se que os professores entendem por formação continuada apenas os cursos ofertados pela secretaria de educação excluindo as ofertas de entidades. A gestão (S.M) deveria se responsabilizar por convocar os professores para formações voltadas a inclusão, mas o que acontece é que nem supervisão existe, com uma supervisão pedagógica adequada, ou seja, com o perfil adotado entre as décadas de 80 e 90 que caracteriza o cargo de supervisor como o de pesquisador voltado a compreender as relações que acontecem em sala de aula e na comunidade pois o processo de ensino aprendizagem passa a ser visto como uma via de mão dupla onde todos ensinam e aprendem, segundo OLIVEIRA (2012). Logo, com a inexistência da supervisão os professores acabam por procurar essas formações quando surge um caso específico a ser tratado. Quando a secretaria oferta cursos em outras áreas o chamamento acontece mais não é atendido e isso acaba em frustração pois os diretores das escolas são os primeiros a não

demonstrar interesse e muitas vezes não liberam os professores para tais formações, ou seja, eles, os diretores, devem ter maior compromisso pedagógico.

Outra visão que percebo é o fato dos professores terem como objetivo nessas formações os certificados e em segundo plano o aprendizado, sendo assim, muitas palestras, oficinas, etc; oferecidas por entidades passam a não despertar o interesse por nem sempre oferecer o documento. Existe um curso federal ofertado para os professores de rede pública-PACTO1-com duração de três anos, oferta o estudo de práticas pedagógicas para o ensino fundamental e o valor de duzentos reais de incentivo, mas no momento o valor não é mais ofertado e os professores não demonstram mais interesse pelo curso que era dividido em dois dias por semana: um dia era para os professores de escolas urbanas e o outro dia para professores de escolas do campo. Lamentavelmente não estamos falando de um curso voltado para a inclusão, nesta reflexão surge a pergunta: Os professores não estão preparados porque não tem suporte de formação ou porque estão acomodados e acabam não se interessando?

Conversando com a responsável pelo CAP, Educadora Especial Manoela Siqueira, fica claro a falta de esclarecimento tanto dos educadores que estão na linha de frente dando aula assim como da gestão das escolas porque a questão é o interesse de cada um que trabalha na área de educação em buscar conhecimento adicional sobre as especificidades dos alunos, estou falando de diferentes crenças, diferentes povos, diferentes dificuldades de aprendizagem.

Os professores tendem a manter uma visão homogênea caso contrário serão obrigados a planejar para uma turma diversa, não conseguem incluir e tratam os alunos com necessidades especiais como intrusos pois costumam usar a frase “Tenho um número de alunos e outro número de incluídos”, ou seja, não reconhecem como alunos que tem os mesmos direitos à educação de qualidade.

Lembrando que incluir não é abordar o conhecimento da mesma maneira para todos que estão em sala de aula e sim se dedicar à levar este conhecimento de forma diversa para que todos os alunos consigam ter a aprendizagem necessária. Não adianta exemplificar uma aula com realidades fora do contexto

cultural dos alunos que tem experiências diversas e nem fora do alcance dos alunos que tem dificuldades especiais de aprendizagens, não será significativo o aprendizado e acaba por acontecer as frases decoradas nas respostas para garantir nota sem aprendizado.

A escola do campo sofre neste cotidiano de olhar hegemônico onde a preferência é garantir que o sujeito apenas aprenda a ler e escrever, no máximo aulas mais técnicas voltadas para um trabalho específico. Se quiser mais, este aluno não terá o direito a escolha de ficar na sua terra para estudar e terá que abrir mão do seu lar para buscar conhecimento. É absurda e injusta a realidade imposta pela sociedade que prefere ainda pensar que se nada der certo, vira professor. Ser professor é bem mais do que escrever uma matéria no quadro, ser professor é ajudar cada indivíduo no desenvolvimento da sua formação garantindo que ele tenha coragem de ser curioso e não aceite uma resposta sem pesquisar outras possibilidades, ser professor é ajudar os alunos a olhar adiante dos fatos para depois concluir conforme experiências vividas, é politizar os alunos e desenvolver a vontade de levar todo o conhecimento compartilhado para as famílias e comunidades.

Percebe-se que o papel da gestão é relevante nesse contexto inclusivo a fim de organizar e fazer valer os direitos de cada sujeito envolvido, a falta de suporte governamental não garante as escolhas pedagógicas das escolas, além disso quando há a preocupação para esta área é fixada a atenção para infraestrutura esquecendo que calendário, currículo e metodologia são tão ou mais importantes, aumentando a lupa a gestão escolar muitas vezes peca na organização do PPC (Projeto Político Pedagógico) que deveria ser feito coletivamente é visto como algo estritamente burocrático e acaba por não atender a diversidade das salas de aula.

Obviamente, o problema central é a falta de incentivo econômico porque a educação tem uma demanda alta de recursos, tanto na infraestrutura quanto na qualificação dos educadores. Concordo com COSTA (2016), quando diz que o processo educacional deve ser observado e avaliado periodicamente a fim de sanar problemas obtendo resultados positivos.

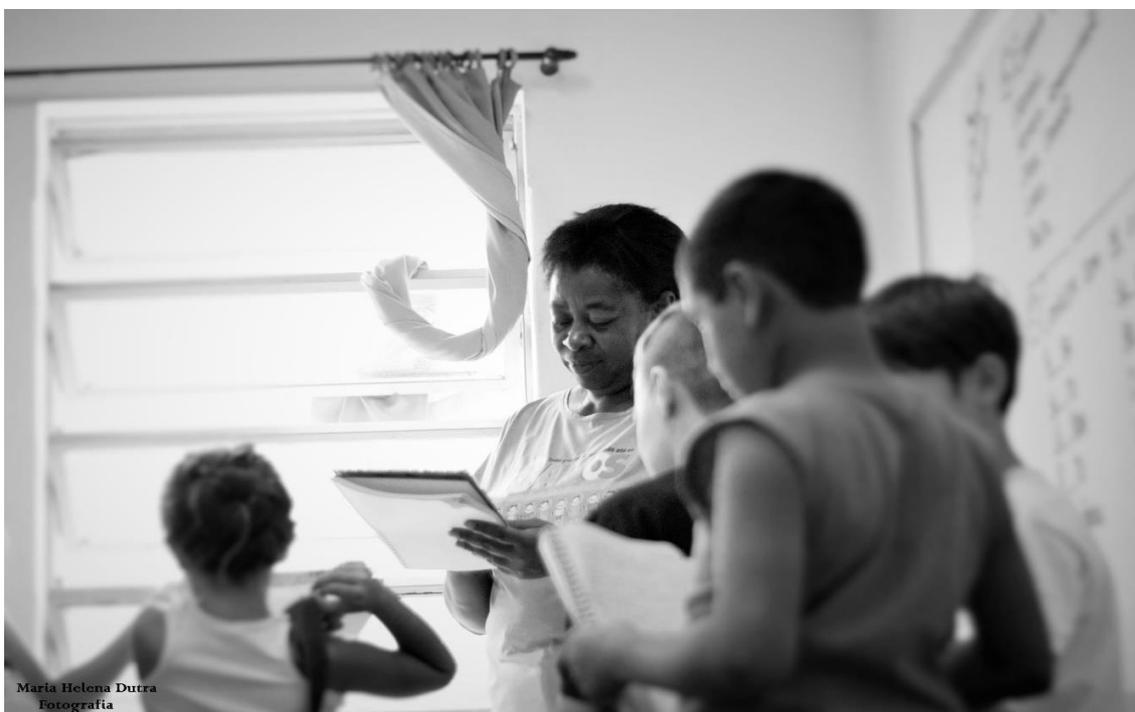
3.1. O cotidiano que ensina



As imagens ofertadas neste trabalho mostram uma professora e seus alunos, mas não é apenas isso, por trás desta leitura existe uma interpretação mais complexa e cheia de significados como experiências diversas na luta pela inclusão dos alunos no contexto educacional. Em diálogo com a professora da fotografia descubro histórias distintas de inclusão sem respaldo formativo como foi percorrido ao longo das minhas escritas neste trabalho.

Por vários anos minha entrevistada teve alunos incluídos com necessidades especiais de aprendizagem, como primeira história foi escolhida a de um aluno com Síndrome de Willians, este aluno veio com a mãe de Caxias do Sul-RS onde ficava do início ao fim da aula no mesmo lugar sem desenvolver as atividades, não se comunicava com ninguém e aqui passou a desenvolver as atividades propostas pela professora que se preocupou em posicioná-lo em uma classe perto de sua mesa para dar o atendimento devido, desta forma ele aprendeu a ler e fazer cálculos mas não escrevia, a escrita era por uma espécie de códigos, círculos e traços que ele identificava. Para ficar claro, cito o exemplo de que se ele desenhasse dois círculos para demonstrar o nome dele, seguiria fazendo sempre da mesma forma, então percebe-se que ele tem um sistema simbólico eficiente para entender seus apontamentos. Quando pergunto de que forma acontecia a adaptação do planejamento para

incluir este aluno a professora conta que tudo o que passava no quadro para a maioria dos alunos era escrito de forma pontilhada para o aluno incluído, essa era a forma dele ter a matéria no caderno para estudar e gostava de traçar as linhas pontilhadas com canetinha. Uma curiosidade nesse caso é que o aluno lê com domínio mas pulava algumas palavras. Havia dias que o aluno não se interessava pela aula e pedia a professora para assistir filme, a professora proporcionava esses momentos emprestando celular para que ele realizasse o desejo, tinha o perfil de pessoa muito tranquila e amorosa, algumas vezes ria exageradamente por motivo desconhecido. Ele ficou por dois anos no quarto ano e na sequência avançou para o quinto ano no turno da manhã.



Teve uma aluna que não conseguiu avançar na aprendizagem, por motivo desconhecido já que não tinha laudo da especificidade da mesma, somente aprendeu a escrever a letra “B”.

Outra experiência relatada pela professora foi com um aluno com Síndrome de Down, este aluno lê e escreve, mas somente quando estava com vontade, não copiava o texto completo e tinha muita vergonha de ler para os colegas. Quando pergunto sobre o suporte pedagógico, lembrando que a escola tem o AEE, a professora diz não acreditar no trabalho desenvolvido na sala de atendimento, resalta que os alunos ficam jogando vídeo game, o atendimento acontece uma vez por semana e a professora responsável pelo

atendimento especializado atende também na APAE. Existe um lamento na fala da professora que diz não existir interesse na educadora especial em contribuir com ideias diferentes para ajudar na inclusão dos alunos assim como a gestão também não faz sua parte. A realidade de sala de aula é tão complexa com planos de aula desenvolvidos para a maioria, não ter ajuda para desenvolver aulas diferenciadas para atender a inclusão torna-se quase impossível. Percebe-se que o problema geral na inclusão é a falta de gestão para organizar currículo, método, infraestrutura, documentação e financeiro para fazer valer as leis que garantem os direitos de todo o indivíduo independente de etnia, crença, cultura, necessidades especiais de aprendizagem, sexualidade, etc. Cargos políticos, secretaria de educação, diretoria de escola e professores em sala de aula devem trabalhar de forma organizada e unida estudando cada caso e propondo melhorias educacionais. Mas não é o que acontece e acaba os professores vivendo na maioria dos dias experiências frustrantes na tentativa de incluir alunos sem formação ou ajuda especializada. Materiais especiais sem uso, falta de profissionais qualificados e inexistência de concursos públicos para esta área dificulta o processo de ensino aprendizagem de muitos alunos.

Em 2007, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, reafirmado pela Agenda Social, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC. (MEC/SECADI)

Apesar dos programas serem criados, se não houver gestão para garantir acesso da comunidade a esses programas de nada adianta. Em Dom Pedrito a realidade é que apenas seis escolas estão com o AEE funcionando, não existe formação continuada para os professores voltada para a inclusão e as escolas estão fechando por falta de incentivo à inclusão como transporte, ensino fundamental e médio completa, material adequado.

Os professores passam a ser inclusivos tentando desenvolver técnicas próprias e para eficácia do estudo é necessário primeiramente analisar as especificidades dos alunos. Como exemplo, posso citar uma sala de sétimo ano onde três alunos apresentam síndromes distintas e cada um deles está numa fase diferente de desenvolvimento motor e raciocínio: o professor de geografia poderá iniciar sua aula levando cartaz ou desenhando no quadro o mapa de algum continente instigando a curiosidade de todos enquanto fala sobre o assunto, ainda mostrar no globo o continente onde os alunos estão e a distância do continente que será estudado, esta primeira fase todos os alunos, independente da dificuldade, conseguirá acompanhar. No segundo momento da aula será proposto um estudo dirigido a maioria dos alunos e aos três que estão em fases diferentes de aprendizagem, para quem está com o nível de aprendizagem na coordenação motora serão ofertados desenhos do continente para colorir, para quem está no nível de alfabetização desenvolver escrita dos nomes dos países do continente e nível de segundo ano trabalhará rios, acidentes geográficos, etc. Com isso ele estará dando uma aula para todos os alunos, caracterizando a inclusão e acontecerá a aprendizagem significativa independente das dificuldades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando pensamos, minha orientadora e eu, na pesquisa acreditamos na oportunidade de compartilhar informações e experiências significativas sobre diferentes modos de formação continuada para a inclusão mas essa formação não existe nas escolas do campo da nossa cidade então trabalhei com o pouco de informação que obtivemos em conversas com a secretária de educação, supervisora geral e educadora especial e optamos por incluir a discussão de quais as adaptações utilizadas por uma professora do campo para contornar esses conflitos em sala de aula.

Conforme Costa (2016), é necessária a reflexão do professor neste contexto de formação pela busca de conhecimento a fim de burlar a realidade de um sistema que não funciona e realizar a inclusão dos alunos que são diversos. As escolas do campo ainda não atendem a inclusão conforme as políticas públicas devido a três fatos: o primeiro diz respeito às estradas que pelo péssimo estado de conservação inúmeras vezes alunos e professores ficam sem acesso às escolas; o segundo diz respeito ao espaço físico das escolas já que a maioria necessita de muitos reparos, salas sem condições de receber alunos cadeirantes, etc; e o terceiro diz respeito aos professores que estão recém começando a perceber a importância de se preparar para lidar com as diferenças sociais, políticas, religiosas, culturais e de necessidades especiais de aprendizagem.

Como podemos perceber, infelizmente não há ações formativas voltadas para a educação inclusiva para os professores do campo na rede pública de Dom Pedrito, estes profissionais precisam desenvolver suas próprias adaptações para ministrar as aulas de forma a incluir todos os alunos, deste modo percebemos que a formação não se resume a cursos específicos, o cotidiano também é formativo. Sendo assim, não há possibilidade de análise das formações pois a única que foi citada é o PACTO, que se trata de um programa federal de práticas pedagógicas para ensino fundamental.

Entendo que a Educação Inclusiva está diretamente ligada a Educação do Campo porque os povos do campo ainda são excluídos da sociedade não tendo direito a completar seus estudos na sua comunidade, sem acesso a materiais adaptados a vivência no campo, sem estradas transitáveis nem transporte adequado. Mas este trabalho tem como uma das finalidades

acreditar na possibilidade da igualdade dos sujeitos, do fim das classes. Obviamente que esses resultados não serão vistos por nós, nem por nossos filhos, mas a questão é lutar pelo futuro das próximas gerações, trabalhar para que as comunidades passem a respeitar o meio, a diversidade cultural e principalmente o ser humano independente da religião, cor da pele ou necessidade especial porque as diferenças nos tornam iguais, somos todos iguais pois cada um é único. Como dizia Martin Luther King Jr.: “Eu tenho um sonho” ...um sonho de que as pessoas sejam aceitas com suas diferenças, sonho de que a educação chegue a cada criança, a cada lar porque acredito que a educação liberta, só a educação salva!

REFERÊNCIAS

CAIADO, Katia Regina Moreno. **Educação Especial no Campo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

Convenção da Organização dos Estados Americanos. DECRETO Nº 3.956, DE 8 DE OUTUBRO DE 2001.

COSTA, Margarete Terezinha de Andrade. **Formação Docente para a Diversidade**. 2016

LEINEKER, Mariulce da Silva; RODRIGUES, Roseli Viola. **Inclusão em Contexto de Exclusão**: um Estudo nas Escolas Itinerantes dos Acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/ Escola Base- Colégio Estadual Iraci Salete Strozak. In Seminário GEPEC. Disponível: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Bu_qgJyk3ckJ:www.gepec.ufscar.br/publicacoes/publicacoes-seminarios-do-gepec/seminarios-de-2013/5-educacao-especial-na-educacao-no-campo/e08-inclusao-em-contexto-de-exclusao.pdf/at_download/file+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br

MEC, SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. PORTAL DO MEC, acessado em 15/09/2017.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes; GRISPUN, Mírian Paura Sabrosa Zippin. **Princípios e Métodos de Supervisão e Orientação Educacional**. Curitiba: IESD, 2012

PADILHA, Adriana Cunha. **Professores de Educação Especial na Educação do Campo**: condições de Trabalho na Carreira Docente. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, 2012.

PLETSCH, Márcia Denise. **A Formação de Professores para a Educação Inclusiva**: Legislação, Diretrizes Políticas e Resultados de Pesquisa. Educ. rev. [online]. 2009, n.33, pp.143-156.

SILVA, Elenilda Sinésio Alexandre. **Educação Inclusiva**: Exclusão e Marginalização no Âmbito Escolar. In Congresso Internacional de Educação e Inclusão. 2014.